

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. submeteu à apreciação dos senhores as demonstrações financeiras da

Sociedade, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Recife, 19 de abril de 2016.

**A Administração**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Controladora		Consolidado		Nota
	2015	2014	2015	2014	
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.901	211	18.679	67.155
Contas a receber de clientes	5	-	-	42.597	225.900
Estoque	6	-	-	25.378	24.130
Aplicações financeiras restritas		67	157	-	-
Impostos a recuperar	7	1.163	1.018	5.639	31.728
Dividendos a receber		-	63.016	-	74.709
Outras contas a receber		119	135	27.626	17.801
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.250</b>	<b>64.380</b>	<b>120.076</b>	<b>441.423</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos a receber		-	-	18.725	10.684
Aplicações financeiras restritas		-	2.567	-	2.567
Ativo fiscal diferido		-	-	55.577	2.350
Partes Relacionadas - mútuos	8	5.099	2.171	12.151	11.261
Investimentos	9	368.308	356.351	132.289	68.368
Imobilizado	10	19.802	57	255.661	208.243
Intangível		-	-	2.713	176
Diferido	11	-	-	7.965	11.238
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>393.209</b>	<b>361.147</b>	<b>485.081</b>	<b>314.887</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>397.459</b>	<b>425.527</b>	<b>605.157</b>	<b>756.310</b>

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ações)

Receita líquida	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participação dos não controladores	-	-	843.002	1.110.308
<b>Receita líquida</b>	-	-	<b>843.002</b>	<b>1.110.308</b>
Custo da energia gerada e dos serviços prestados	-	-	(613.391)	(684.784)
<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>229.611</b>	<b>425.524</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas administrativas		(320)	(449)	(32.864)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	309
<b>Resultado antes dos resultados financeiros, equivalência patrimonial e dos tributos</b>		<b>(320)</b>	<b>(449)</b>	<b>197.056</b>
Receitas financeiras		727	652	8.890
Despesas financeiras		(109)	(1)	(19.600)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>618</b>	<b>651</b>	<b>(10.710)</b>
<b>Resultado antes da equivalência patrimonial e tributos</b>		<b>298</b>	<b>202</b>	<b>186.346</b>
Resultado de equivalência patrimonial		202.482	291.284	50.832
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>202.780</b>	<b>291.486</b>	<b>237.178</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(25.775)
<b>Resultado do exercício antes da participação dos não controladores</b>		<b>202.780</b>	<b>291.486</b>	<b>211.403</b>
Participação dos não controladores		-	-	(8.623)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>202.780</b>	<b>291.486</b>	<b>202.780</b>
<b>Resultado líquido por ação por lote de mil ações</b>		<b>2,25</b>	<b>3,24</b>	<b>2,25</b>
<b>Quantidade de ações por lote de mil ações</b>	18	<b>90.046</b>	<b>90.000</b>	<b>90.046</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Adiantamento para futuro aumento de capital		Reserva de lucros		Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Reserva de lucros	Legal	Total				
Participação de não controladores	90.000	6.457	23.670	7.174	48.665	-	175.966	175.966
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	291.486	291.486	291.486
Destinações:								
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(42.175)	-	(42.175)	(42.175)
Instituição de reserva legal	-	-	-	10.826	-	(10.826)	-	(70.165)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(70.165)	-	(210.495)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	210.495	-	210.495	355.112
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>90.000</b>	<b>6.457</b>	<b>23.670</b>	<b>18.000</b>	<b>216.985</b>	<b>-</b>	<b>355.112</b>	<b>9.369</b>
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	202.780	16	202.780
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.369	9.369
Destinações:								
Regularização Capital Social	46	-	(46)	-	-	-	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(160.759)	-	(160.759)	(160.759)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	(50.695)	-	(50.695)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	152.085	-	152.085
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	208.311	-	208.311	346.438
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>90.046</b>	<b>6.457</b>	<b>23.624</b>	<b>18.000</b>	<b>208.311</b>	<b>-</b>	<b>346.438</b>	<b>9.385</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	202.780	291.486	211.403	306.887
Acionistas não controladores	-	-	(8.623)	(15.401)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>202.780</b>	<b>291.486</b>	<b>202.780</b>	<b>291.486</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional.** Sociedade holding familiar com investimentos atuantes no setor de geração de energia térmica, através da empresa Holding Operacional do setor de energia Elétrica do Brasil S.A. - EBRASIL, conforme o objetivo social: (a) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista; (b) a gestão de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, especialmente com a produção de energia elétrica por quaisquer fontes; (c) a administração; (d) a locação de bens móveis e imóveis próprios e (d) a assessoria administrativa na logística de empreendimentos de quaisquer ramos. A Sociedade possuía em 31 de dezembro de 2015 participação direta no capital social das seguintes empresas controladas: • 100% da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL; • 50% da ASTC Tecnologia Ltda.; • 100% da Suape Mineração Ltda.; • 95% da Vigus Engenharia Ltda.; • 32% da Antares Serviços e Participações Ltda. **EPASA - Aumento do capital social.** Visando a melhoria operacional das usinas, em 31 de dezembro de 2014, a EPASA realizou um aumento de capital social no valor de R\$ 65,00. Não houve novas capitalizações em 2015. **ENORTE - Renovação contratual.** Em 28 de janeiro de 2015 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato nº OC.52.278/2010 firmado com a Amazonas Distribuidora S.A. para locação de geradores de energia elétrica, prorrogando o prazo de vigência até 30 de abril de 2015. Após o término do período de vigência do contrato, em fevereiro de 2016 nova licitação com base na Lei 8.666/93 foi feita e, não havendo interessado, a ENORTE foi convidada a assinar novo contrato, assinado em 17 de março de 2016 sob o nº 292/OC/2016 para operação contínua por 180 dias com valor estimado de R\$ 126,36, passando a ENORTE a comprar o petróleo para geração de energia despachada, com preço fixado para todo período do contrato, sendo o valor do diesel adquirido mensalmente reembolsado pela contratante no prazo médio de 80 dias. No período do contrato, o valor do preço de aquisição do diesel que exceder ao preço fixado em contrato, será de responsabilidade da ENORTE. **2 Base de preparação, a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) A autorização para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 19 de abril de 2016. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **Estimativas.** Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são revistas no período em que as estimativas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. **Julgamentos.** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que afetam os valores reportados nos resultados das demonstrações financeiras estão incluídos na Nota Explicativa nº 18 - Tratamento do adiantamento para futuro aumento de capital. **Incerteza.** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em suas investidas dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Notas 10 e 11 - Valor de recuperação do imobilizado e diferido;** • **Nota 10 - Estimativa de vida útil do imobilizado;** • **Nota 16 - Reconhecimento e mensuração de contingências;** e principais premissas sobre a provabilidade de recursos e obrigações. **3 Principais políticas contábeis.** A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base consolidada. Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto.** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa nas decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as entidades controladas em conjunto são contabilizadas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **Investimentos em controladas.** Controlada é a entidade cuja política financeira e operacional é controlada e conduzida pela Sociedade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que a Sociedade assume o controle. **Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos.** A Sociedade reconhece os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: • **Ativos financeiros não derivativos.** Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas os investimentos em demonstrações financeiras em conjunto são consolidados proporcionalmente e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o custo que inclui os gastos com transação. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Sociedade possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime para as decisões estratégicas e operacionais. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as coligadas e despesas e variações patrimoniais de Sociedades controladas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Sociedade, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam. Quando a participação da Sociedade nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária dessa Sociedade, registrada por equidade patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária inicialmente em conjunto com os prejuízos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Sociedade tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da

**13 Empréstimos e financiamentos**

	Consolidado	
	2015	2014
Capital de giro	2.647	2
Finame BNDES - Itaú BBA	3.620	5.446
<b>Total</b>	<b>6.267</b>	<b>5.448</b>
Circulante	4.635	2.013
Não circulante	1.632	3.435

Os financiamentos são com um banco de primeira linha, sendo a sua composição: **ENORTE**. O financiamento FINAME contratado em janeiro de 2014 para aquisição de 12 grupos geradores para a usina para adicionar à reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação. **EPESA**. A EPESA possui financiamento BNDES Finame com o Banco Itaú BBA para aquisição de 25 Grupos Geradores da Stamac para usina, aumentando sua reserva técnica, estando os referidos equipamentos em garantia desta operação.

**14 Debêntures**

	Consolidado	
	2015	2014
Principal	108.520	122.769
Juros	-	1.096
<b>Total</b>	<b>108.520</b>	<b>123.865</b>
Circulante	12.058	14.250
Não circulante	96.462	109.615

(\*) o vencimento da parcela de principal e juros de 03 de janeiro de 2016 caiu em dia não útil e, segundo Escritura de Debêntures, o vencimento efetivo neste caso deve ser antecipado para o último dia útil anterior. Dessa forma, o pagamento de principal e juros de janeiro de 2016 ocorreu em 30 de dezembro de 2015. **Consolidado**. Em 1º de setembro de 2011, a Controlada Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 15.000 e que foram integralmente subscritas e integralizadas que foram liquidadas integralmente em 1º de setembro de 2014. As debêntures fazem jus aos juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI Over Extra Grupo, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 3,25% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro-rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento dos juros remuneratórios, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. **Amortização**. Os juros remuneratórios serão pagos em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de março de 2012 e a última em 1º de setembro de 2014. As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da primeira parcela devida em 1º de setembro de 2013 e a última em 1º de setembro de 2014, sendo liquidada integralmente nesta data. **Garantias**. As debêntures são da espécie girografaria e contam adicionalmente com garantia real e fidejussória, representadas respectivamente por (i) Cessão Fiduciária de Direitos incorrentes a participação societária da Sociedade na controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA e nas coligadas Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA e Termocabo S.A., quais sejam dividendos, lucros, juros sob capital próprio e outras distribuições em valores. Tais créditos serão mantidos em conta vinculada, mantendo a próxima parcela de juros e/ou principal retidos e aplicados sob acompanhamento do agente fiduciário, somente realizando a liberação de tais créditos para a conta de movimentação após verificado o regular cumprimento das obrigações garantidas; e (ii) fiança prestada pelos controladores. Com a liquidação das debêntures em 1º de setembro de 2014, as garantias oferecidas estão livres de quaisquer ônus. Em 22 de janeiro de 2009, a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTs. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2015	2014
2016	-	13.154
2017	13.154	13.154
2018	13.154	13.154
2019 em diante	70.154	70.153
<b>Total</b>	<b>96.462</b>	<b>109.615</b>

**Garantias**. A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da sociedade; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos na época da construção das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. **Cláusulas restritivas**. As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Sociedade são como seguem: • Não alterar sem autorização o objeto social, o controle acionário, emitir novos ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.; • Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x; • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais; • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.; • Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado; • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas; • Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A); e A Administração da EPESA entende estar cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida, com a apuração de 13,75x maior que 1,3x no exercício de 2015.

**15 Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS/COFINS e ISS sobre receita	-	-	368	2.951
Retenções de terceiros	3	1	237	112
IRPJ e CSLL a recolher	3	3	9.006	33.541
IRPJ e CSLL diferidos (i)	-	-	13.276	10.297
IRRF a recolher	-	2	646	521
Outros	1	-	116	1.027
Impostos federais parcelados	-	-	2.276	2.421
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>25.925</b>	<b>50.870</b>
Circulante	7	6	12.409	39.410
Não circulante	-	-	13.516	11.460

**16 Provisão para riscos cível e regulatório**

	2015	2014
Provisão para riscos do setor de energia	6.911	6.918
	<b>6.911</b>	<b>6.918</b>

**EPESA. Obrigações contratuais - Regulatórias**. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008 o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam que operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram que ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas estão sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos) conforme previsto na Cláusula 14 dos contratos comerciais CCEAR além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia de uma usina tão nova quanto a sua visando extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, conside-

rando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, fez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011 com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Assim sendo, a EPESA tem registrado em 31 de dezembro de 2015 uma provisão total de R\$ 6.911 para contingência das indisponibilidades acima referidas, demonstradas abaixo:

	2015	2014
Indisponibilidade de energia	3.435	3.435
Competência 2011	3.476	3.483
Competência 2012	<b>6.911</b>	<b>6.918</b>

Devido às grandes oscilações ocorridas em 2015 no Preço de Liquidação de Diferença (PLD), e para 2016, em função da recuperação dos reservatórios das UHE's, o PLD médio estimado para o ano aproximou-se do preço utilizado para cálculo das penalidades, a Sociedade decidiu manter os valores provisionados das penalidades ocorridas em 2011 e 2012, para se fazer a respectiva reversão nas referidas provisões, em função do sistema de liquidação financeira da CCEE nos meses faltantes para cumprimento das referidas penalidades no prazo de 60 meses. **17 Patrimônio líquido**. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social subscrito e integralizado era representado por ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). **Reserva legal**. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2014 essa reserva montava em 18.000, atingindo o limite de 20% do capital social. **Remuneração aos acionistas**. Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, só após a constituição da Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Lucros (Art. 196) que os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. No exercício de 2015 a sociedade pagou dividendos no montante de R\$ 160.761 referentes ao exercício de 2014, por conta da Reserva de Retenção de Lucros. Em 2015 a sociedade provisionou dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 50.695 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2015. Em função da preposição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado do exercício de 2015, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 152.085, que fica mantido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**. Conforme os termos do instrumento societário do AFAC a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irretirável; (ii) está dependendo de um acordo entre os sócios; (iii) o adiantamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixada considerando o preço de conversão de R\$1,00.

	2015	2014
Receita Bruta	943.468	1.242.141
(-) Deduções da Receita	(100.466)	(131.833)
<b>Receita líquida</b>	<b>843.002</b>	<b>1.110.308</b>

Óleo diesel  
TUST  
Depreciação  
Amortização do diferido  
Recomposição do sistema  
Mão de obra direta  
Serviços e outros  
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE:  
**Total de custos dos serviços prestados**

**ENORTE**. A receita da controlada Brasil Norte Geração de Energia Ltda. - ENORTE possui um componente fixo: aluguel dos equipamentos e um componente variável: prestação de serviço de operação e manutenção quando da geração de energia. As receitas de prestações de serviços, geralmente são faturadas no mês subsequente em que o serviço foi efetivamente prestado, devido à medição e homologação por parte do tomador dos serviços. Desta forma estas receitas e seus impostos são contabilizados como "a faturar" no mês de competência da geração de energia. **EPESA**. A controlada EPESA reconheceu receitas variáveis, uma vez que houve despacho pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano, com exceção do mês de setembro de 2015. A Geração Bruta Média anual de 2015 foi de 100,67 MW médio de potência, em atendimento pleno a despacho do ONS, com destaque para os meses de fevereiro e março onde operamos durante todos os dias do mês. A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pelo ONS.

**19 Custos dos serviços prestados**

	2015	2014
(499.066)	(633.168)	
(12.519)	(11.015)	
(16.960)	(15.632)	
(2.331)	(2.331)	
(11.808)	(29.219)	
(19.721)	(15.008)	
(71.205)	(51.180)	
20.219	72.769	
<b>(613.391)</b>	<b>(684.784)</b>	

**EPESA**. A controlada precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS de agosto até dezembro de 2014 com o agravamento da crise energética, refletido na conta "Óleo Diesel". O principal custo recorrente registrado na conta "TUST" refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. A conta de "Recomposição do sistema" registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012. **ENORTE**. Em 2014 e 2015 a empresa tem alugada Sociedades Geradores, classificados na conta "Serviços e outros", tendo por objetivo manter uma reserva técnica para atender a demanda de geração para Amazonas Energia, dando assim maior confiança na performance da Usina, evitando assim penalidades por indisponibilidade.

**20 Despesas administrativas**

	2015	2014
Serviços contratados	(7.202)	(9.589)
Pessoal administrativo	(13.880)	(10.589)
Despesas de viagens	(325)	(776)
Impostos e taxas	(119)	(685)
Depreciação	(697)	(410)
Outros	(10.641)	(6.144)
<b>(32.864)</b>	<b>(28.193)</b>	

**Total das despesas administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>				
Descontos obtidos	-	-	480	10
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	5.378	-
Juros contratos de mútuos	407	-	1.741	-
Juros e rendimentos	320	652	959	3.017
Variação monetária ativa	-	-	333	-
	<b>727</b>	<b>652</b>	<b>8.890</b>	<b>3.027</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre debêntures	-	-	(12.980)	(14.137)
Juros sobre empréstimos	-	-	(1.193)	(3.203)
Juros e IOF sobre empréstimos	(76)	-	(254)	-
Juros e IOF sobre mútuos	-	-	(1.316)	-
Juros e multas pagos a fornecedores	(33)	(1)	(3.857)	(2.453)
	<b>(109)</b>	<b>(1)</b>	<b>(19.600)</b>	<b>(19.793)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>618</b>	<b>651</b>	<b>(10.710)</b>	<b>(16.766)</b>

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da DC Energia e Participações S.A. - Recife - PE. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DC Energia e Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**. A Administração da DC Energia e Participações S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da

Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião**. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DC Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos**. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**. As demonstrações financeiras correspondentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de abril de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

Recife, 19 de abril de 2016



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**João Alberto da Silva Neto**  
Contador CRC RS-048980/O-0-T-CE

**22 Instrumentos financeiros. EPESA**. A controlada indireta EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo. • **Empréstimos para capital de giro** - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. **Debêntures não conversíveis** - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. **ENORTE**. A controlada indireta ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - São classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • **Contas a receber** - Decorrem diretamente das operações da ENORTE, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da ENORTE e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. **23 Gerenciamento de riscos**. A Administração da Sociedade realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da controlada direta Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL e de suas controladas indiretas EPESA e ENORTE, é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoeletrica. O Conselho de Administração da Sociedade possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da controlada EBRASIL e suas controladas indiretas ENORTE e EPESA que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **(a) Risco de liquidez**: Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. **(b) Risco taxa de juros**: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. **(c) Risco de taxa de câmbio**: A Sociedade e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro. **(d) Risco de crédito**: O risco surge da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 42.714 (R\$ 225.845 em 2014). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. **(e) Risco operacional**: Este risco surge da possibilidade de a Empresa ser penalizada caso não entregue a potência contratada. Para isso, a Empresa possui uma capacidade de reserva de geração 27% acima do que estabelece o contrato com a Amazonas Energia, mitigando, assim, eventuais problemas quanto à impossibilidade na geração. Após o término do período de vigência do contrato, a ENORTE participou de um processo de contratação emergencial, previsto na Lei 8.666, onde se consagrou vencedora para uma potência instalada de 25MW e assinou contrato 292/OC/2016 para operação contínua a partir de 17 de março de 2016 por 180 dias. Como a Região de Manaus ainda está sofrendo com o aumento da demanda, principalmente proveniente do crescimento do setor industrial, tais usinas continuam sendo necessárias. Adicionalmente, a Administração da Empresa está viabilizando junto a ANEEL a possibilidade de aproveitamento da usina para conexão ao SIN, considerando a grande necessidade de geração de energia nos próximos dois anos em decorrência da crise energética no País. **(f) Risco de aceleração de dívidas**: A Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL e sua controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possuem debêntures e empréstimos e financiamentos contendo cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela controlada EBRASIL e sua controlada indireta EPESA, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, evitando prejuízos ao curso normal das operações. **(g) Risco especulativo**: A Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos, e qualquer tipo de operação com este tipo de instrumento precisa ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. **(h) Risco de gerenciamento de capital**: A política da Sociedade e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **(i) Risco matéria prima**: É o risco da controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação das usinas a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, a frete CIF (responsabilidade do remetente), por preço pré-fixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo deste contrato é o mesmo dos contratos de comercialização de energia das usinas - CCEAR, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Este contrato determina que as ordens de compras para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 (cinco) dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível necessário para sua demanda de geração. Já que o diesel é altamente precioso nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios de água das hidroelétricas e da lista das usinas termelétricas divulgadas pelo ONS que estão sendo despachadas e também através do contrato com a empresa BR Distribuidora. **24 Cobertura de seguros**. EPESA. A controlada EPESA possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de outubro de 2015, a Sociedade contratou apólice de seguro de riscos operacionais com vigência por 12 meses, com valor de cobertura total de R\$ 163.592. Em 18 de junho de 2015 a apólice de seguro de responsabilidade civil com vigência de 12 meses, com valor de cobertura total de R\$ 2.400. Seguros exigidos em nosso contrato de debêntures para cumprimento da obrigação prevista na cláusula 5.1 da escritura de emissão. **ENORTE**. Em 8 de julho de 2015 a controlada ENORTE contratou apólice de seguro Multirisco – Riscos Nomeados com vigência por 12 meses, com valor de cobertura total de R\$ 20.136.

Diretoria	
<b>Dionon Lustosa Cantarelli Junior</b> - Diretor Presidente	
<b>Josimary Lutosa Cantarelli</b> - Diretora Executiva	
<b>Manuel Simões Gondim</b> - Diretor Administrativo Financeiro	
Contador	
<b>Ricardo Sergio Jansen Monteiro</b> - Contador - CRCPE 022.327/O-7	